ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: ADAPTAÇÃO CURRICULAR E MANEJO COMPORTAMENTAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-PB

Nadi Pereira Alves[1]

Francisco Vinicius Ferreira Gomes[2]

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: nadipereira10@gmail.com.

[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: viniciusfergomes@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui uma exigência ética, política e pedagógica da escola pública contemporânea. O reconhecimento jurídico do direito à escolarização em classes comuns, embora indispensável, não elimina as barreiras que restringem o acesso ao currículo, a participação e a aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial. A passagem do direito formal à experiência escolar concreta demanda organização institucional, condições de trabalho e formação continuada capaz de apoiar decisões pedagógicas contextualizadas (Brasil, 2008; Mantoan, 2015).

No cotidiano das redes municipais, a diversidade das formas de comunicação, interação, desenvolvimento e aprendizagem coloca questões que não se resolvem pela simples presença do estudante na sala de aula. Planejar atividades acessíveis, flexibilizar percursos sem descaracterizar os objetivos educacionais e responder a situações comportamentais de maneira respeitosa são tarefas que requerem conhecimentos pedagógicos e articulação entre diferentes profissionais. Essa perspectiva desloca o foco de supostas insuficiências individuais para a identificação de barreiras produzidas ou ampliadas nas relações entre estudante, currículo e ambiente escolar.

Em Santa Cruz, na Paraíba, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu ações formativas e produziu, por meio de sua equipe multiprofissional, o Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar, lançado em 2024. O documento sistematiza orientações relativas às atribuições desses profissionais, aos cuidados cotidianos e à organização de apoios no ambiente escolar (Santa Cruz-PB, 2024). Sua análise permite discutir como um instrumento institucional pode contribuir para aproximar princípios inclusivos das situações enfrentadas nas

ISSN: 2358-8829

unidades escolares, sem confundir as funções de docentes, profissionais de apoio e Atendimento Educacional Especializado.

Diante desse cenário, a questão norteadora é: de que modo a formação continuada, articulada ao planejamento pedagógico e ao suporte institucional, pode favorecer práticas inclusivas na rede municipal de Santa Cruz-PB? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da formação docente para a implementação de estratégias inclusivas, com ênfase na adaptação curricular, na elaboração de atividades acessíveis e no manejo comportamental. Especificamente, busca-se discutir os fundamentos teóricos dessas dimensões, examinar o conteúdo formativo do guia municipal e identificar possibilidades e limites da atuação colaborativa.

O estudo adota abordagem qualitativa e caráter descritivo, mediante revisão bibliográfica e análise documental do material institucional descrito no trabalho de especialização que lhe deu origem. A discussão está organizada em categorias temáticas, e seus resultados devem ser compreendidos como interpretações fundamentadas em documentos e literatura, não como mensuração de efeitos das formações sobre indicadores de aprendizagem. Sustenta-se, ao final, que a efetivação da inclusão depende da continuidade das ações formativas e de sua integração a práticas de acompanhamento e planejamento coletivo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, estruturada a partir de revisão bibliográfica e análise documental. O recorte territorial é a rede municipal de ensino de Santa Cruz-PB, considerada a partir das ações de formação e orientação da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação. O estudo não corresponde a levantamento amostral, experimento, pesquisa-intervenção ou avaliação de impacto.

O corpus documental descrito na pesquisa de origem compreende o Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar (Santa Cruz-PB, 2024), o Plano de Ação Anual 2025 da Equipe Multidisciplinar (Santa Cruz-PB, 2025) e materiais pedagógicos da especialização em Educação Especial e Inclusiva, com destaque para o conteúdo sobre adaptações curriculares (Grupo Educacional Faveni, 2023). A descrição do guia, reproduzida no trabalho acadêmico de base, inclui sua capa e páginas temáticas referentes a primeiros socorros e práticas de higiene, locomoção, rotina, segurança, alimentação e prevenção. Esses elementos são tratados como registros da estrutura e das finalidades do material, e não como observações diretas de aulas.

A revisão bibliográfica foi orientada por obras indicadas no trabalho de especialização e retomadas na apresentação oral, especialmente Mantoan (2015), Rodrigues (2016) e Fonseca

ISSN: 2358-8829

(2021), além da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A leitura buscou identificar convergências e tensões entre o princípio do direito à aprendizagem, as formas de organização curricular e as responsabilidades dos diferentes atores escolares.

O procedimento analítico foi organizado em quatro categorias: (a) formação continuada e transformação das práticas; (b) acessibilidade e adaptação curricular; (c) manejo comportamental e condições de participação; e (d) produção de orientações institucionais e colaboração profissional. Em cada categoria, confrontaram-se proposições da literatura com os conteúdos e finalidades atribuídos aos documentos municipais. Não foram realizadas entrevistas, observações sistemáticas, aplicações de questionários ou coleta de dados pessoais de estudantes. Por essa razão, não são apresentados depoimentos, percentuais de eficácia ou comparações de desempenho não documentadas.

A pesquisa utiliza documentos e bibliografia já existentes e não apresenta coleta direta com participantes humanos. A eventual necessidade de apreciação ética de estudos futuros dependerá do desenho específico da investigação e das normas aplicáveis. Também se optou por não reproduzir fotografias de pessoas ou imagens do guia, evitando afirmar autorizações de uso que não constam dos anexos disponibilizados. O alcance das conclusões é interpretativo e contextual, com possibilidade de transferência analítica, mas sem pretensão de generalização estatística.

REFERENCIAL TEÓRICO

Formação continuada e responsabilidade institucional pela inclusão

A perspectiva inclusiva implica questionar a organização escolar assentada em expectativas homogêneas de desempenho e participação. Mantoan (2015) situa a inclusão como desafio à própria estrutura da escola, exigindo a revisão de concepções sobre diferença e aprendizagem. Não basta integrar fisicamente o estudante ao espaço comum; é necessário transformar as oportunidades de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos.

Rodrigues (2016) enfatiza a relevância de uma formação vinculada aos contextos efetivos de atuação. Tal orientação permite compreender a formação continuada não como sucessão de palestras isoladas, mas como processo de reflexão coletiva sobre planejamento, recursos, barreiras e respostas pedagógicas. A escola constitui, assim, espaço de produção de conhecimentos profissionais quando oferece tempo, acompanhamento e condições para o diálogo entre os sujeitos envolvidos.

ISSN: 2358-8829

Essa concepção atribui à gestão e à rede de ensino responsabilidades que não podem ser transferidas exclusivamente ao professor. A existência de orientações institucionais, a interlocução com o Atendimento Educacional Especializado e a atuação articulada de profissionais de apoio podem ampliar a consistência das decisões pedagógicas. Contudo, a colaboração exige delimitação de atribuições: o profissional de apoio não substitui o docente no ensino dos componentes curriculares nem assume isoladamente a responsabilidade pelo processo de escolarização.

A formação orientada pela inclusão deve, portanto, articular conhecimentos teóricos, análise de situações concretas e compromisso ético com a dignidade dos estudantes. A reflexão sobre o cotidiano ajuda a evitar respostas padronizadas baseadas apenas em categorias diagnósticas e favorece a construção de estratégias sensíveis às condições singulares de participação.

Adaptação curricular e atividades pedagógicas acessíveis

A adaptação curricular é compreendida neste estudo como reorganização de estratégias, mediações, recursos e procedimentos de avaliação para enfrentar barreiras à aprendizagem. Fonseca (2021), na referência mobilizada pelo estudo de origem, é associado à defesa de flexibilidade curricular e atenção às singularidades dos estudantes. A flexibilização, entretanto, não deve ser confundida com empobrecimento sistemático do conteúdo ou afastamento do estudante das experiências compartilhadas pela turma.

O material formativo da Faveni (2023) distingue intervenções no projeto político-pedagógico, no planejamento docente e nos atendimentos individualizados. Essa classificação evidencia que a acessibilidade não depende apenas de atividades produzidas para um aluno específico. Ela também requer decisões de gestão, organização do tempo, disponibilidade de recursos e revisão das formas pelas quais os conhecimentos são apresentados e avaliados.

Na prática, a apresentação de um mesmo objeto de conhecimento pode envolver textos em linguagem acessível, recursos visuais, materiais manipuláveis, instruções segmentadas e diferentes modalidades de resposta. O tempo adicional, a mediação da leitura ou a oferta de apoio à comunicação são possibilidades que devem decorrer da análise das barreiras identificadas, e não de expectativas reduzidas sobre a capacidade do estudante.

A qualidade de uma adaptação deve ser examinada por sua relação com os objetivos de aprendizagem e com as oportunidades reais de participação. Um recurso aparentemente facilitador pode produzir segregação quando desvincula continuamente o estudante das propostas da turma. Por isso, o planejamento precisa considerar simultaneamente os

ISSN: 2358-8829

conhecimentos em estudo, as potencialidades individuais, as interações coletivas e os apoios necessários.

Manejo comportamental e participação escolar

O manejo comportamental, no campo educacional, exige leitura contextualizada de situações como agitação, impulsividade, recusa de atividades, agressividade ou retraimento. A interpretação imediata desses comportamentos como indisciplina pode obscurecer dificuldades de comunicação, barreiras sensoriais, inadequação de tarefas ou experiências de frustração. A análise pedagógica deve considerar antecedentes, condições do ambiente, formas de expressão e consequências das intervenções adotadas.

Entre as estratégias discutidas na apresentação oral estão a previsibilidade das rotinas, a clareza das orientações, a antecipação de mudanças, o reforço positivo e a construção de vínculos de confiança. Essas ações possuem caráter preventivo e devem ser combinadas com observação cuidadosa, respeito à autonomia e avaliação de sua pertinência para cada estudante. Não constituem protocolo universal nem substituem acompanhamento especializado quando necessário.

A abordagem inclusiva desloca o propósito do controle da conduta para a promoção da autorregulação, da segurança e da participação. A escola precisa responder às situações difíceis sem humilhação, punições desproporcionais ou atribuição automática de intenções ao estudante. A formação continuada é relevante justamente porque possibilita problematizar práticas arraigadas e construir respostas coerentes com a finalidade educativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação como eixo articulador das práticas inclusivas

A leitura integrada do artigo de especialização, do roteiro de apresentação e dos documentos institucionais nele descritos permitiu identificar quatro núcleos de discussão. O primeiro é a centralidade da formação continuada como mediação entre princípios inclusivos e decisões cotidianas. As fontes associam a formação à necessidade de compreender a heterogeneidade das turmas, planejar apoios e evitar respostas baseadas exclusivamente em diagnósticos. Trata-se de convergência conceitual, não de comprovação quantitativa de melhoria do desempenho docente.

O material analisado indica que a equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação buscou sistematizar orientações utilizadas em atividades formativas. Essa opção é relevante porque favorece a permanência de um referencial de consulta após os encontros. Ao

ISSN: 2358-8829

mesmo tempo, o registro de uma iniciativa institucional não permite concluir, por si, que os conhecimentos foram incorporados de maneira uniforme por todos os professores ou profissionais de apoio.

À luz de Rodrigues (2016), o valor pedagógico de uma formação depende de sua conexão com problemas concretos. Desse modo, os achados apontam para a necessidade de continuidade: momentos de estudo, planejamento conjunto, acompanhamento das adaptações e revisão das estratégias utilizadas. A formação pode ampliar repertórios, mas sua efetividade deve ser investigada em estudos que examinem práticas e experiências dos participantes.

Adaptação curricular: do princípio de acesso às decisões didáticas

O segundo núcleo analítico refere-se à distinção entre adaptação curricular e simplificação indiscriminada. A literatura e a apresentação oral convergem ao defender que a adaptação preserve a vinculação do estudante aos conteúdos trabalhados pela turma, oferecendo percursos e recursos diversificados. Os exemplos discutidos incluem materiais concretos, apoios visuais, linguagem acessível, tempo ampliado e possibilidades alternativas de expressão da aprendizagem.

A análise aponta três escalas complementares de decisão: a institucional, vinculada ao projeto pedagógico e à organização de recursos; a do planejamento da turma, relacionada à seleção de metodologias e avaliações; e a individualizada, referente às mediações necessárias a determinados estudantes (Grupo Educacional Faveni, 2023). Quando essas escalas são tratadas separadamente, aumenta o risco de atribuir ao profissional de apoio a tarefa de improvisar atividades paralelas. Quando articuladas, tornam-se mais claras as responsabilidades e as condições de acompanhamento.

Esses resultados são de natureza interpretativa: demonstram coerência entre os fundamentos examinados e as estratégias propostas, mas não autorizam afirmar que determinada adaptação produziu ganho específico de aprendizagem na rede. A identificação de tal efeito exigiria registros sistemáticos de implementação e acompanhamento pedagógico.

Manejo comportamental: prevenção, contexto e vínculo

O terceiro núcleo destaca a necessidade de compreender o comportamento em relação às condições de ensino e às interações escolares. O roteiro da apresentação oral problematiza interpretações que reduzem agitação, resistência ou retraimento à falta de limites. Em seu lugar, propõe observar a clareza das instruções, a exigência da tarefa, a previsibilidade da rotina e possíveis situações de sobrecarga ou frustração.

ISSN: 2358-8829

Essa leitura não elimina a necessidade de regras de convivência e proteção dos envolvidos. Ao contrário, requer que limites e intervenções sejam claros, proporcionais e pedagogicamente orientados. Rotinas estruturadas, antecipação de mudanças, reforço positivo e comunicação acessível podem compor um repertório de ações preventivas, desde que escolhidas a partir das necessidades observadas e revistas quando não favoreçam participação.

A formação docente, nesse eixo, pode apoiar a passagem de respostas reativas para intervenções planejadas e articuladas. O documento analisado, entretanto, não apresenta séries de ocorrências, registros comparativos ou avaliação de estratégias, de modo que a discussão se mantém no plano das possibilidades pedagógicas fundamentadas.

O Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar como recurso institucional

O quarto núcleo de resultados está associado à experiência municipal. Segundo o trabalho acadêmico de origem, o Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar foi elaborado pela equipe multiprofissional e lançado em 2024, com a finalidade de reunir orientações trabalhadas em formações continuadas e apoiar a atuação cotidiana dos profissionais. O material aborda educação inclusiva, perfil e atribuições do profissional de apoio, características de condições do neurodesenvolvimento e cuidados relativos à higiene, alimentação, locomoção, segurança, rotina e primeiros socorros (Santa Cruz-PB, 2024).

A descrição documental inclui uma seção de noções básicas de primeiros socorros relacionada à Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, e um conjunto de orientações práticas para situações frequentes no ambiente escolar. A reunião desses temas indica preocupação com a dimensão organizacional e de cuidado que integra as condições de acesso e permanência na escola. Não se deve, porém, equiparar orientação sobre cuidados à responsabilidade docente de ensinar e avaliar.

Um aspecto central é a distinção entre os papéis profissionais. O apoio à locomoção, alimentação, higiene e outras necessidades de acessibilidade deve ser articulado às ações pedagógicas, sem deslocar para o profissional de apoio a responsabilidade pela condução curricular. A clareza dessa delimitação é especialmente importante quando as escolas atendem estudantes que necessitam de diferentes intensidades de suporte.

O guia representa uma forma de institucionalizar conhecimentos e criar linguagem compartilhada entre os profissionais. Sua principal contribuição, no âmbito desta análise, é oferecer referência contextualizada para formação e organização de rotinas. Entretanto, o documento não é evidência suficiente de mudança nas práticas. Seu uso precisa ser associado à

ISSN: 2358-8829

formação permanente, à supervisão pedagógica e a espaços de diálogo que permitam discutir dúvidas, limites e adequações.

Considerados conjuntamente, os quatro núcleos mostram uma relação de interdependência: a formação orienta o planejamento; o planejamento identifica barreiras e organiza adaptações; o manejo contextualizado sustenta condições de participação; e os documentos institucionais ajudam a dar continuidade às orientações. A experiência descrita em Santa Cruz-PB permite visualizar essa articulação, sem pressupor causalidade demonstrada ou generalização para outras redes.

Uma limitação do estudo é a ausência de acesso a indicadores sistemáticos de frequência nas formações, avaliações de participantes, registros de implementação das adaptações e resultados de aprendizagem. Também não foram produzidos dados por observação direta ou entrevistas. Esses limites não invalidam a contribuição analítica, mas restringem suas conclusões à coerência entre referenciais, documentos e propostas institucionais. Pesquisas posteriores poderão acompanhar processos formativos, analisar planejamentos e ouvir docentes, profissionais de apoio, famílias e estudantes, observadas as exigências éticas pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou as contribuições potenciais da formação continuada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas na rede municipal de Santa Cruz-PB, tomando como eixos a adaptação curricular, as atividades acessíveis e o manejo comportamental. A revisão bibliográfica e a análise dos documentos institucionais permitiram reconhecer a formação como dimensão necessária à construção de respostas pedagógicas contextualizadas e ao fortalecimento do trabalho colaborativo.

No campo curricular, a discussão mostrou que adaptar não equivale a reduzir indiscriminadamente conteúdos, mas a enfrentar barreiras mediante estratégias, recursos, tempos e formas de avaliação que preservem o direito de acesso ao conhecimento. Quanto ao manejo comportamental, evidenciou-se a importância de compreender o contexto das manifestações dos estudantes, organizar intervenções preventivas e favorecer vínculos, autorregulação e participação.

A experiência municipal, representada pela produção do Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar, ilustra uma iniciativa de sistematização de orientações e de apoio à organização do trabalho. O documento pode contribuir para uma compreensão compartilhada das atribuições profissionais e das necessidades de suporte, desde que integrado ao

planejamento pedagógico e ao acompanhamento continuado. A mera disponibilidade do guia, entretanto, não assegura mudanças nas práticas escolares.

Conclui-se que formação docente, planejamento coletivo e suporte institucional constituem dimensões articuladas da efetivação do direito à educação inclusiva. Como a investigação se fundamentou em fontes bibliográficas e documentais, não foi possível medir efeitos sobre a aprendizagem ou estabelecer relações causais. Recomenda-se que pesquisas futuras acompanhem a aplicação das orientações nas escolas e examinem, com procedimentos sistemáticos, as experiências dos profissionais e as oportunidades de participação dos estudantes.

A principal contribuição do artigo é explicitar que a inclusão não se esgota na matrícula nem em documentos normativos: exige decisões pedagógicas sustentadas, divisão clara de responsabilidades e revisão contínua das condições concretas de ensinar e aprender.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação docente; Adaptação curricular; Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 2018.

FONSECA, Vitor da. **Educação inclusiva: da exclusão à plena cidadania**. São Paulo: Wak Editora, 2021.

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI. **Adaptações curriculares para a educação inclusiva.** Material didático de pós-graduação lato sensu, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 12. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva: que escola é essa?** São Paulo: Cortez, 2016.

SANTA CRUZ (PB). Secretaria Municipal de Educação. **Guia Prático dos Profissionais de Apoio Escolar**. Santa Cruz, PB: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

SANTA CRUZ (PB). Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação Anual 2025**: Equipe Multidisciplinar. Santa Cruz, PB: Secretaria Municipal de Educação, 2025.